

ERIK OLIN WRIGHT *

O QUE É NEO E O QUE É MARXISTA
NA ANÁLISE NEO-MARXISTA DAS CLASSES? **

Se a resposta for a classe, qual é a pergunta? Diferentes tradições de análise das classes inserem o conceito de classe em quadros explicativos também diferentes. Para os sociólogos weberianos, a classe é um elemento central da resposta à questão sobre o que é que mais determinadamente distingue das anteriores formas de organização social os sistemas de estratificação e os respectivos modelos de conflito social nas sociedades capitalistas «modernas». Neste sentido, a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas é, em larga medida, a transição de um sistema de desigualdade social com base no *status* para um outro estruturado em termos de classe. Para os teóricos da estratificação social, a classe representa uma das formas de abordar a questão de saber quais são as características da origem social de um indivíduo que marcam as suas «oportunidades de vida», e particularmente as suas oportunidades de mobilidade social. A classe é, assim, uma condição inerente aos indivíduos, com influência sobre as suas oportunidades e motivações. Para o marxismo, o conceito de classe ocupa um lugar central nas explicações do conflito social e na dinâmica histórica da mudança social. Ele constitui o elemento conceptual basilar para estabelecer ligações entre as micro-condições da acção e da subjectividade individuais e a macro-teoria das transformações sociais estruturais.

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Wisconsin (Madison).

** Este artigo beneficiou bastante da crítica profunda e do cepticismo de Michael Burawoy e Andrew Levine. A investigação referida no artigo foi subsidiada parcialmente pela National Science Foundation, pela Wisconsin Alumni Research Foundation e pelo German Marshall Fund dos Estados Unidos.

Como seria de esperar, dadas estas diferentes estratégias explicativas, o conceito de classe surge definido de formas muito diversas consoante as diferentes tradições. Na tradição weberiana, dada a sua insistência nas classes como elemento distintivo do capitalismo, estas surgem, em geral, definidas pelas relações de mercado. Por outro lado, sempre que o conceito de classe é utilizado com vista à caracterização das origens sociais dos indivíduos, num quadro de explicação de oportunidades e motivações, ele define-se por um conjunto de atributos atinentes a destinos individuais: ocupação, estilo de vida, educação, rendimento e vários outros elementos. Quando, finalmente, os marxistas empregam o conceito de classe para explicar o conflito e a mudança social no tempo, ele surge definido em termos de modos de produção, sistemas de exploração, e assim por diante.

Neste texto, vou procurar analisar algumas das contribuições mais importantes de debates recentes para a análise marxista das classes. O texto assume como dado o quadro central da análise marxista das classes, sem procurar estabelecer quaisquer comparações entre os contributos marxistas e diversas correntes não-marxistas, nem muito menos avaliá-los. Pretende-se pôr a claro algumas das limitações do debate sobre as classes no interior da corrente marxista e fazer ver como o contributo neo-marxista procurou suplantar tais limitações (1).

Na parte que se segue, examina-se sucintamente o tratamento das classes feito pelo próprio Marx. O propósito desta discussão não é, em primeira linha, exegético. Pelo contrário, pretendo explorar o terreno conceptual de Marx, para assim especificar o que é que há de novo nos debates recentes. Na segunda parte do artigo, passar-se-ão em revista, ainda que breve, as análises marxistas contemporâneas e alternativas das

(1) A expressão «neo-marxismo» abrange um vasto leque de posições teóricas que vai desde os que, fortemente empenhados no marxismo como quadro teórico, julgam ser necessário repensar sistematicamente algumas das suas teses tradicionais até aos que vêem na tradição marxista uma fonte importante de interrogações e de inspiração, mas não se sentem especialmente comprometidos com o marxismo enquanto tal. A verdade é que muito poucos adoptam este rótulo para se caracterizarem a si próprios; ele é principalmente utilizado por não-marxistas para designar os teóricos que usam conceitos marxistas de maneira academicamente respeitável. Pela minha parte, usarei a expressão para designar a diversidade das contribuições teóricas que aceitam, umas mais outras menos, o quadro explicativo marxista, mas procuram reformular, dentro desse quadro, os argumentos substantivos.

classes nas sociedades capitalistas. Por último, na terceira parte, procurarei intervir, com base em dados empíricos, num debate específico, o das fronteiras estruturais da classe operária.

I — A CONCEPÇÃO DE MARX

Como frequentemente tem sido notado, e lamentado, Marx nunca definiu nem elaborou sistematicamente o conceito de classe, apesar da centralidade deste para o seu trabalho. Para perpétua frustração daqueles que procuram nos textos de Marx as respostas a problemas teóricos fulcrais, o único lugar onde é prometida uma elaboração desse género, o capítulo final do volume III de *O Capital*, intitulado «As Classes», termina, após escassos parágrafos, com o comentário melancólico de Engels «Aqui, interrompe-se o manuscrito». Qualquer tentativa de explicar a concepção de Marx das classes, para já não falar de a criticar ou recriar, não poderá, assim, deixar de ser particularmente problemática.

Marx forneceu fundamentalmente duas espécies de análises das classes: por um lado, um quadro estrutural abstracto das classes, contido nos seus diferentes textos sobre o modo de produção capitalista e a teoria geral da história; por outro lado, o quadro concreto e muito complexo das classes-agentes, nas suas análises políticas de conjunturas históricas particulares.

Na análise abstracta de Marx sobre os modos de produção, o conceito de classe apresenta quatro características principais:

a) *A classe é um conceito relacional.* As classes não se definem pelos seus atributos em si, mas pela sua relação com outras classes (2).

b) *Estas relações são antagónicas e não simétricas e recíprocas.* «Antagónicas» significa que as relações por que se definem as classes são intrinsecamente geradoras de interesses opostos, no sentido de que a satisfação dos interesses de uma

(2) Afirmar que as classes se definem pela sua relação social com outras classes representa mais do que defini-las *em relação* a outras classes. Quando se definem as classes pelo rendimento, em que a classe alta é rica, a classe baixa é pobre e a média fica entre uma e outra, sem dúvida que as classes estão a ser definidas *em relação* a outras classes. Contudo, isso não implica necessariamente a existência de qualquer relação social específica que ligue os ricos e os pobres.

classe supõe um confronto com a realização dos interesses de uma outra. Isto não implica a impossibilidade de um «compromisso» de interesses entre classes, mas tão-só que um tal compromisso redundaria necessariamente na satisfação de certos interesses contra os interesses de outra classe.

c) *A exploração é o fundamento objectivo destes interesses antagónicos.* Ainda que Marx, em diferentes lugares da sua obra, descreva as relações de classe em termos de dominação e opressão, a exploração é a determinante básica do antagonismo entre as classes⁽³⁾. A exploração deve distinguir-se da mera «desigualdade». Afirmar que os senhores feudais exploram os camponeses é ir para além de dizer que uns são ricos e outros são pobres; é afirmar que existe uma relação *causal* entre a riqueza dos senhores e a pobreza dos camponeses — o senhor é rico porque os senhores estão em posição de se apropriarem de um excedente produzido pelos camponeses⁽⁴⁾. É devido a esta relação causal entre o bem-estar de uma classe e as privações de outra que o antagonismo entre classes, definido por estas relações, assume um carácter «objectivo»⁽⁵⁾.

⁽³⁾ Esta é, como se pode demonstrar, a linha divisória decisiva entre as concepções marxistas das classes e todas as outras. Ainda que várias concepções não-marxistas das classes as façam basear em relações sociais antagónicas, apenas a concepção marxista considera esses antagonismos em termos do conceito de exploração.

⁽⁴⁾ A desigualdade, enquanto tal, não implica que os ricos sejam ricos em consequência da sua relação social com os pobres. Imaginemos duas pessoas com pedaços de terra adjacentes e de igual fertilidade. Um trabalha muito, o outro é preguiçoso, de modo que, ao fim de algum tempo, um está numa situação económica muito mais desafogada que o outro. São então diferentes, mas não em resultado de qualquer relação causal entre as suas situações económicas. Assim, a exploração implica sempre uma espécie de contraprova, a saber, a de que os ricos estariam pior se os pobres se encontrassem melhor. Para uma notável análise da exploração, feita nestes termos, cf. Roemer, 1982 a e 1982 b.

⁽⁵⁾ Não é este o lugar para discutir as intrincadas questões filosóficas levantadas pelo conceito de «interesses objectivos». Sem dúvida que Marx considerou os interesses de classe como tendo um estatuto objectivo, mas a questão aqui é a de saber o que há nessas relações que possa justificar essa tese. Pressupõe-se que as pessoas têm sempre um interesse objectivo no seu bem-estar material, definindo-se este pela combinação de quanto consomem e quanto têm que trabalhar para garantir esse consumo. Não se supõe, assim, que as pessoas tenham universalmente um interesse objectivo em aumentar o seu consumo, o que têm é, sem dúvida, um interesse objectivo em fazer diminuir o esforço necessário à obtenção do nível de consumo que desejam, seja ele qual for. Uma relação de exploração implica ne-

d) *O segredo invisível da exploração reside na organização social do sistema de produção*, em particular, nas formas sob que esta estrutura a propriedade e o controlo dos meios de produção, ou seja, nas «relações de propriedade», como habitualmente se refere. Os mecanismos causais que permitem a uma classe exploradora explorar uma outra classe, encontram fundamento nas relações específicas de propriedade que ligam explorador e explorado. Sob o capitalismo, estas relações resumem-se à propriedade e ao controlo dos meios de produção pela burguesia, bem como à separação do proletariado dos meios de produção, combinada com a propriedade da sua força de trabalho ⁽⁶⁾.

Considerando estas quatro características no seu conjunto, na obra de Marx, as classes definem-se pelas relações sociais antagónicas existentes no sistema de produção, que permitem a exploração de certos agentes por outros, em virtude das relações de propriedade que os interrelacionam. Esta conceptualização resulta no quadro das classes, caracteristicamente polarizado, que se encontra ao longo da maior parte da análise que Marx faz do modo de produção capitalista em *O Capital*, assim como em grande parte da sua discussão teórica, mais abstracta, sobre as trajectórias do desenvolvimento histórico: proprietários de escravos e escravos, no modo de produção esclavagista, senhores e servos, no modo de produção feudal, e burgueses e proletários, no modo de produção capitalista.

Em contraste com este quadro simples e polarizado das classes, as análises políticas conjunturais de Marx caracterizam-

cessariamente ou que algumas pessoas têm que trabalhar mais de forma a que outras trabalhem menos, ou que deverão consumir menos, a um determinado nível de esforço, para que outros consumam mais, ou ambas as hipóteses. Em qualquer dos casos, as pessoas têm um interesse objectivo em não serem submetidas a exploração, pois que, na ausência desta, ou trabalhariam menos ou consumiriam mais.

⁽⁶⁾ Ainda que pense que praticamente todos os marxistas reconheceriam a centralidade destes quatro elementos do conceito de classe para a análise abstracta das classes em Marx, não existe, porém, consenso geral sobre a interrelação precisa entre eles. Roemer, 1982, por exemplo, afirma que a exploração não faz parte da definição das classes. Ao contrário, insiste, uma descoberta substantiva de Marx é a de que as classes, definidas estritamente pelas relações de propriedade, são de facto exploradoras. Outros marxistas, como Poulantzas, 1973, Carchedi, 1978 e eu próprio, 1978, 1979 têm defendido que a exploração, em si, é parte constitutiva do conceito marxista de classe. Independentemente destes debates, porém, existe um acordo geral em que o nexos classe/exploração se encontra no próprio centro da análise marxista das classes.

-se por um cenário complexo de classes, fracções, facções e outros actores da cena política. Em *O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte*, por exemplo, faz-se referência pelo menos aos seguintes intervenientes no conflito social: burguesia, proletariado, grandes proprietários rurais, aristocracia financeira, camponeses, pequena burguesia, classe média, lumpenproletariado, burguesia industrial, altos dignitários. Não existe em Marx qualquer tentativa de análise teórica séria destas diferentes categorias, nem do estatuto conceptual das distinções que está a operar. A preocupação central de Marx neste texto dirige-se à relação existente entre as lutas entre aqueles agentes e o estado, mais precisamente, aos efeitos que têm sobre as transformações do estado as vitórias e derrotas naquelas lutas, bem como aos efeitos que os sucessivos regimes provocam nas políticas de alianças e nas lutas entre aqueles agentes; não está preocupado com a elaboração de um quadro rigoroso da estrutura social concreta habitada por eles. Isto é, aliás, uma característica dos textos político-conjunturais de Marx. Oferecendo-nos uma listagem de categorias descritivas dos agentes reais em conflito, ele não nos fornece qualquer grelha conceptual precisa para a compreensão da base estrutural dessas mesmas categorias.

O que encontramos na obra de Marx é uma concepção abstracta, polarizada, dos lugares vazios gerados pelas relações de classe e um quadro descritivo complexo dos agentes de classe concretos, sem qualquer relação sistemática entre ambos. É claro que Marx supunha que a tendência histórica do capitalismo ia no sentido de uma crescente polarização concreta. «A sociedade no seu conjunto, escreveu com Engels no *Manifesto Comunista*, divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado». Ao longo de toda a sua obra, Marx refere-se à pequena burguesia como sendo uma classe em «transição» e põe em realce a dissolução do campesinato. Ainda que, nalguns passos, reconheça a existência de tendências para o crescimento dos estratos médios, a orientação fundamental da sua obra vai no sentido da acentuação do carácter crescentemente polarizado das relações concretas de classe nas sociedades capitalistas (?). Nestes termos, o vazio conceptual existente

(?) Os poucos passos da obra de Marx em que ele sugere uma tendência para o crescimento das «classes médias», de par com o desenvolvimento capitalista, estão geralmente enterrados nos textos menos conhecidos. Por exemplo, nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx escreve: «O que ele [Ricardo] se esquece de fazer notar é o crescimento das classes médias, que se situam entre os operários, por um lado, e

entre as categorias abstractas da análise do modo de produção e os agentes descritivos das análises de conjuntura, tenderia, com o tempo, a reduzir-se. O movimento real do desenvolvimento capitalista produziria, assim, uma correspondência entre as categorias abstractas e concretas da análise das classes.

II — REFORMULAÇÕES PRODUZIDAS PELA RECENTE DISCUSSÃO MARXISTA

Grande parte do recente trabalho teórico marxista sobre as classes pode ser entendido como uma tentativa para cobrir o vazio entre a análise abstracta das classes, ao nível dos modos de produção, e a análise concreta dos conflitos existentes em conjunturas históricas específicas, entre agentes organizados. Podem destacar-se dois contributos principais no conjunto deste trabalho recente: um aborda a questão da relação estrutura de classes/agentes de classe, ao procurar reformular o conceito de estrutura de classes, o outro, ao repensar o processo de constituição desses agentes de classe.

A investigação que tem procurado clarificar e reformular as várias dimensões do quadro dos «lugares vazios» da estrutura de classes tem-se centrado tanto na questão geral da conceptualização abstracta das classes como na elaboração de conceitos mais concretos, isto é, conceitos capazes de identificar a especificidade da estrutura de classes em diferentes sociedades capitalistas. Nos debates sobre a conceptualização abstracta das relações de classe, o aspecto central da discussão tem sido o de saber como devem ser definidas as «relações sociais de produção». Será que este conceito se refere principalmente às relações jurídicas de propriedade? Incluem-se nele relações de mercado ou relações de autoridade? Será que existem dimensões políticas e ideológicas nas relações sociais de produção, ou devem estas ser entendidas simplesmente como uma categoria económica? ⁽⁸⁾ Quanto à investigação que se tem centrado no de-

os capitalistas e proprietários fundiários, por outro, que, na sua maior parte, têm o rendimento como fonte de sustento directa, que se apoiam como um fardo nos alicerces do trabalho e aumentam a segurança e o poder sociais das minorias exploradoras».

A tendência central da obra de Marx é, porém, a de acentuar a polarização tendencial das relações de classe no desenvolvimento capitalista e não a proliferação de novas formas de lugares intermédios.

⁽⁸⁾ Cf. Poulantzas, 1973; Roemer, 1982 a; Wright, 1970, 1978; e Carchedi, 1978. Para um debate especificamente centrado no problema da dimensão política das relações de classe, cf. Wright, 1982 a, e Roemer, 1982 b.

envolvimento de um conceito de classe mais concreto, existem dois aspectos que têm sido alvo de atenção particular: primeiro, a questão da compreensão dos lugares da estrutura de classes das sociedades capitalistas avançadas que não se enquadram bem nem na classe capitalista nem na classe operária e a que o discurso comum chama duma maneira vaga «classe média»; e, segundo, a questão da conceptualização dos lugares da estrutura de classes das sociedades capitalistas menos desenvolvidas que parecem ter conservado características de relações de classe não-capitalistas e que, contudo, se integram nas economias capitalistas dessas sociedades ⁽⁹⁾.

O segundo grande contributo dos estudos recentes que procuram estabelecer uma ligação entre a análise abstracta das estruturas de classes e as análises conjunturais dos conflitos entre classes inclui a busca de uma compreensão mais rigorosa do processo pelo qual os «lugares vazios» da estrutura de classes se constituem em agentes intervenientes nos conflitos. Neste campo, inclui-se um conjunto variado de estudos sobre questões como o processo histórico de formação das classes (por exemplo, Thompson, 1968; Foster, 1974; Aminzade, 1981); as vias pelas quais o processo de trabalho estrutura formas de conflito e de consenso (por exemplo, Burawoy, 1979 e no prelo; Noble, 1978; Friedman, 1977; Clawson, 1980); os processos pelos quais o estado e os partidos políticos mediatizam as formas tanto de organização como de conflito das classes (cf. Przeworski, 1980; Katznelson, 1982 a; Abraham, 1981; Therborn, 1982); e a forma como as estruturas comunitárias e as instituições culturais penetram a formação e os conflitos das classes (cf. Katznelson, 1982).

Nenhum destes contributos — contributos para o quadro conceptual dos lugares vazios na estrutura de classes e para a teoria da formação de agentes colectivos a partir desses lugares — é verdadeiramente novo na tradição marxista. Podem já encontrar-se discussões teóricas sobre a «classe média» dispersas na obra de Marx e Engels, e não há dúvida de que, no tempo de Kautsky, se reconhecia a importância desta ques-

⁽⁹⁾ Entre outros exemplos de estudos que tratam explicitamente da conceptualização da «classe média» nas sociedades capitalistas avançadas, cf. Wright, 1978; Carchedi, 1977; Johnson, 1982; e Walker, 1979. Para estudos sobre a estrutura de classe em sociedades do Terceiro Mundo, particularmente em termos de «articulações» de modos de produção, cf. Wolpe, 1980.

tão⁽¹⁰⁾. Também a teoria marxista clássica do estado e dos partidos, especialmente a elaborada e difundida por Lenine, se mostra principalmente preocupada com a constituição dos agentes de classe, em particular da classe operária revolucionária.

No entanto, ainda que os temas destes estudos recentes derivem claramente do marxismo clássico, a moderna análise marxista das classes distingue-se por dois aspectos. Em primeiro lugar, grande parte desses estudos têm procurado alcançar um nível de precisão conceptual consciente como raramente se encontra nas anteriores discussões marxistas destes problemas. Tem-se assistido a um profundo debate sobre o estatuto lógico e a definição adequada de cada conceito básico no seio do paradigma marxista, não tendo nenhum destes conceitos saído intocado destes debates. Embora algumas das discussões tenham sido bastante escolásticas, tendo mesmo algumas pecado por uma retórica obscura, elas redundaram, no entanto, numa utilização muito mais reflectida e menos ingénua destes conceitos.

Em segundo lugar, e não menos importante, o trabalho teórico marxista recente tem procurado sistematicamente desenvolver conceitos e teorias a «nível médio» de abstracção, isto é, menos abstractos que o estudo dos modos de produção, mas mais que a investigação concreta sobre conjunturas específicas. Em geral, reconhece-se hoje, ainda que muitas vezes implicitamente, que, para se compreenderem as condições e os obstáculos da luta pelo socialismo nas sociedades capitalistas actuais, se torna indispensável reflectir sobre a diversidade das relações sociais existentes nessas sociedades. Não basta que se tenha uma concepção geral do estado capitalista, da ideologia burguesa, do processo de trabalho capitalista, da estrutura capitalista das classes. São precisos conceitos que permitam compreender as formas variáveis que cada um destes assume. Sem dúvida que muitas das ideias que serviram para desenvolver análises dessa variabilidade e especificidade estão já prefiguradas nos textos clássicos da tradição marxista — o que é novo é a preocupação com desenvolver conceitos a nível médio e o carácter sistemático dessa tentativa de elaboração.

No seguimento deste trabalho, vou explorar um exemplo concreto destas recentes elaborações conceptuais: a tentativa de gerar um conceito de estrutura de classes que capte satisfatoriamente a especificidade das sociedades capitalistas contem-

⁽¹⁰⁾ Para uma discussão da estratégia de Kautsky a respeito do crescimento dos estratos médios, cf. Przeworski, 1977.

porâneas, em particular a tentativa de desenvolver uma concepção marxista de «classe média». Uma vez que já analisei exaustivamente noutro lugar (Wright, 1980; no prelo, cap. II), as soluções alternativas desta questão, vou limitar-me aqui a discuti-las sumariamente. Têm sido particularmente importantes três grupos de soluções: (1) a concepção de que os «estratos médios» constituem segmentos reais do conjunto das categorias tradicionais das classes na análise marxista; (2) a concepção segundo a qual os «estratos médios» representam uma classe distinta, com estatuto próprio; (3) a concepção de que estas posições não deveriam nunca ser entendidas como «classes» propriamente ditas, mas antes como lugares com um carácter de classe múltiplo.

Segmentos das Classes Tradicionais

Nos debates recentes, têm exercido particular influência duas versões desta perspectiva: a que caracteriza os «estratos médios» como *nova pequena burguesia* e a que os caracteriza como *nova classe operária*.

O conceito de nova pequena burguesia tem sido principalmente associado à obra de Nicos Poulantzas (1973), ainda que tenha também sido utilizado por outros teóricos. O essencial da argumentação desdobra-se em duas partes: na primeira, Poulantzas sustenta que estas posições *não* fazem parte da classe operária; na segunda, demonstra porque devem ser vistas como parte integrante da pequena burguesia.

A primeira destas teses obrigou Poulantzas a tornar explícitos os critérios de definição dos operários enquanto tal. Ele insistiu, em meu entender correctamente, que a simples venda da força de trabalho no mercado não era um critério suficiente. Como alternativa, propôs três outros critérios. A classe operária, para Poulantzas, surge então definida como os assalariados que simultaneamente: (a) sejam produtivos (isto é, produzam mais-valia); (b) não exerçam funções de supervisão (ou seja, se encontrem politicamente subordinados na produção); (c) sejam trabalhadores manuais (isto é, se encontrem ideologicamente subordinados na produção).

A segunda tese exigia a identificação dos critérios distintivos da pequena burguesia. Dois destes eram particularmente importantes para Poulantzas: (a) na luta de classes, a pequena burguesia está dividida entre a burguesia e o proletariado; (b) a pequena burguesia tem uma ideologia própria caracterizada pelo individualismo, o feiticismo do poder e um

conjunto de outros traços. Segundo Poulantzas, os vários conjuntos de ocupações habitualmente agrupados na «classe média» — profissionais, técnicos, empregados de serviços, funcionários públicos, etc. — respeitavam estes dois critérios, ao passo que violavam um ou mais dos critérios definitórios básicos do proletariado. Deviam, pois, ser considerados como um segmento «novo» da pequena burguesia.

Esta conceptualização veio a sofrer uma cerrada crítica. Por um lado, os critérios utilizados para definir a classe operária foram considerados insatisfatórios. Em particular o critério do trabalho produtivo foi criticado por não conter consequências práticas para o sujeito e por ser irrelevante para a determinação dos interesses de classe, fazendo assim diminuir a capacidade do conceito de estrutura de classes para explicar o conflito de classes. Por outro lado, o conceito de pequena burguesia de Poulantzas foi criticado por depender em demasia das formas características da subjectividade da própria pequena burguesia. Mesmo que este retrato ideológico da pequena burguesia fosse adequado (e mesmo isso está posto em questão), a confiança depositada por Poulantzas num critério ideológico para definir a pequena burguesia foi criticada por incoerente com o pressuposto básico da análise marxista das classes, segundo o qual o conceito de classe se baseia nas relações de produção ⁽¹¹⁾.

A segunda solução para a questão dos «estratos médios» baseada principalmente nas categorias do quadro tradicional das classes no capitalismo, traduz-se no conceito de «nova classe operária». Este conceito foi particularmente difundido em França, especialmente através dos trabalhos de Serge Mallet (1975) e André Gorz (1964). Aqui, a classe operária definia-se basicamente como todos os trabalhadores assalariados excluídos do controlo sobre o capital (decisões sobre o investimento) ⁽¹²⁾. Isto equivalia a considerar parte da classe operária tanto os quadros inferiores (eventualmente, mesmo os de nível inter-

⁽¹¹⁾ Para uma apreciação e crítica exaustivas da posição de Poulantzas, cf. Wright, 1978: cap. 2.

⁽¹²⁾ De uma forma geral, os defensores do conceito de «nova classe operária» têm-se mostrado menos preocupados com a precisão conceptual do que os proponentes das outras posições aqui em discussão. Daí que, a partir dos debates conhecidos, não seja possível extrair com clareza quais os critérios exactos que separam a «nova» classe operária dos trabalhadores assalariados não-operários. Estou a partir da ideia de que as posições de gestão que impliquem decisões sobre o investimento seriam de todo excluídas da classe operária, tal como, provavelmente, outros tipos de quadros com capacidades decisórias.

médio), como os técnicos e profissionais, e, por maioria de razão, um vasto leque de empregados de serviços e funcionários públicos. O que lhes seria específico, e daí a sua caracterização como «nova» classe operária, seria o controlo sobre um conhecimento técnico variado que lhes conferiria vantagens superiores na relação com o capital e, argumentava-se, uma capacidade potencial de liderança da classe operária.

De certa maneira, a teoria da nova classe operária sofria dos defeitos inversos da teoria da nova pequena burguesia. Enquanto o conceito de nova pequena burguesia incluía critérios demasiado restritivos para a definição dos operários, excluindo assim da classe operária posições que não se distinguiam dela em termos de interesses objectivos, o conceito de nova classe operária, por sua vez, é demasiado aberto e acaba por aceitar a inclusão, na mesma categoria de classe, de lugares sociais com interesses objectivos manifestamente contraditórios. Quadros técnicos e simples profissionais têm interesses reais opostos aos da classe operária tradicional — interesses relativos a aspectos como autoridade, competência, autonomia, etc. — de tal modo que incluí-los na classe operária, mesmo que se lhe chame «nova», obscurece essas diferenças.

A Teoria da «Nova Classe»

As diferentes teorias da «nova classe» foram originadas pelo desencanto com as tentativas de tratamento dos «estratos médios» enquanto segmentos das classes tradicionais. Diversas designações têm sido sugeridas: «A Classe Gerente-Profissional» (Ehrenreich e Ehrenreich, 1979), «A Nova Classe» (Gouldner, 1979; Szelenyi, 1982), ou, de forma talvez algo equívoca, a «Classe Média» (Johnson, 1982). Embora as diferentes variantes da teoria da nova classe utilizem critérios em certa medida diferentes para estabelecerem os limites do conceito, o pressuposto comum da maior parte das versões é o de que o que define a nova classe enquanto classe é a sua relação específica com o controlo do *conhecimento* (ou qualquer outro conceito estreitamente relacionado, como a informação ou a cultura). Argumenta-se então que esta relação define um conjunto coerente de interesses bem como uma relação, também coerente, com as outras classes da sociedade capitalista.

O conceito de «nova classe» elimina algumas das dificuldades tanto do conceito de nova classe operária como de nova

pequena burguesia. O que fica muito menos esclarecido, no entanto, é se aos diferentes lugares sociais incluídos naquela categoria se podem atribuir interesses objectivos de *classe* comuns, ou seja, interesses definidos face às relações sociais de produção. Será que uma mesma relação com o conhecimento, a informação ou a cultura (consoante a formulação preferida) basta para que se defina um mesmo lugar nas relações sociais de produção? Evidentemente que a resposta a esta pergunta depende da maneira como forem conceptualizadas as próprias relações sociais de produção.

A tese de que o conhecimento ou a informação são, nas modernas economias industrializadas, «forças produtivas», e de que, assim, o «controlo» sobre esse conhecimento pode conceber-se como um aspecto das relações de produção, tem muito de defensável. Mas será isso suficiente para que aquelas posições possam ser consideradas uma classe enquanto tal? Em meu entender, o problema reside em que, mesmo que o controlo sobre a informação seja um dos aspectos das relações de produção, ele encontra-se sempre articulado, de forma específica, com as outras dimensões das relações sociais de produção: controlo sobre os recursos utilizados na produção e os que dela resultam, controlo sobre os meios físicos de produção, controlo sobre a força de trabalho alheia. Os interesses de «classe» de qualquer lugar social dado dependem da forma como esse lugar se situa no conjunto das dimensões das relações sociais de produção e não com respeito apenas a uma delas. Um engenheiro que pertença também à direcção de uma fábrica tem interesses de classe distintos de um engenheiro com funções de quadro médio, ou de um outro que apenas elabore cálculos técnicos como membro de um gabinete de estudos. Todos eles poderão ser, de uma maneira ou outra, «especialistas» com «controlo de informação», mas os seus lugares de classe — os seus lugares no seio das relações sociais de produção — são completamente diferentes.

Deste modo, os lugares sociais estruturais que envolvem um controlo de informação ou de conhecimento apenas poderiam ser vistos como constituindo uma «classe» se esta dimensão das relações sociais de produção fosse de importância tão fundamental que anulasse na realidade os efeitos de qualquer das outras dimensões. Na verdade, os teóricos que defendem que as sociedades contemporâneas se encontram numa fase de transição para uma economia pós-capitalista ou pós-industrial, em que as relações de conhecimento constituem o fundamento básico do poder e da dominação (e talvez mesmo da explora-

ção), argumentam nesse sentido ⁽¹³⁾. Contudo, muito poucos marxistas com alguma convicção teórica aceitam esta caracterização das tendências de evolução das sociedades capitalistas avançadas. Sem ela, porém, torna-se difícil aceitar que a «nova classe» possa ser entendida como uma classe autêntica.

Lugares Contraditórios nas Relações de Classe

Subjacente a cada uma das perspectivas discutidas até aqui, encontra-se o pressuposto de que todos os lugares de uma estrutura de classes devem situar-se, a um tempo, no seio da mesma classe. Neste sentido, os vários tipos de lugares que constituem, no seu conjunto, os «estratos médios» ou a «classe média» devem ou fazer parte das classes tradicionais da sociedade capitalista — capitalistas, operários, pequena burguesia —, ou constituir uma classe em si mesma. Não existe outra alternativa.

Este pressuposto parece-me, contudo, ser arbitrário. Não existe nenhuma razão necessária para que todos os «lugares vazios» de uma estrutura de classes devam ter uma única determinação de classe. Certos lugares podem apresentar características relacionais em comum com mais que uma classe. Foram estes lugares que designei por «lugares contraditórios nas relações de classe» ⁽¹⁴⁾.

Os «quadros» são o exemplo mais incontroverso do que é um lugar contraditório. Os quadros ocupam um lugar caracteristicamente burguês na medida em que dominam os operários, tomam decisões correntes sobre a utilização dos meios de produção e podem mesmo participar na tomada de decisões acerca da aplicação dos excedentes (investimentos). Mas eles ocupam também lugares tipicamente proletários, já que sofrem o

⁽¹³⁾ Este argumento surge geralmente associado a posições anti-marxistas, como no caso de Bell, 1973, mas pode também encontrar-se em autores mais próximos do marxismo, como por exemplo Gouldner, 1979.

⁽¹⁴⁾ Para uma extensa análise sobre a biografia deste conceito, cf. Wright, no prelo: cap. 2. Pode ser útil aqui um elemento de clarificação: todas as relações de classe são, de certa forma, «contraditórias», pois supõem relações geradoras de interesses antagônicos. O uso da expressão «contraditório» referido a lugares especificados por este conceito procura dar conta também de um outro sentido em que aquelas relações podem ser contraditórias: elas incluem combinações contraditórias de interesses elementares contraditórios, gerados pelas relações de classe capitalistas.

controlo dos capitalistas e, em geral, não têm direito de posse sobre os meios de produção (isto é, podem ser despedidos das empresas em que trabalham). No caso dos quadros superiores e dos executivos, o carácter proletário do seu lugar de classe esbate-se, enquanto, no caso dos supervisores de uma linha de produção, o carácter burguês pode tornar-se praticamente irrelevante. Em qualquer caso, contudo, os «lugares vazios» a preencher pelos sujeitos denotam um carácter de classe múltiplo.

Desta reconceptualização da estrutura de classes resulta que certos lugares de classe não exprimem qualquer interesse de classe específico: os interesses de classe de tais posições serão incoerentes e não deixarão de reflectir o lugar contraditório dessas mesmas posições no conjunto das relações de classe. Isto implica, por outro lado, que essas posições tenderão para um «vaivém» entre diferentes classes em momentos de conflito de classes ou, pelo menos, assumirão uma posição ambivalente no contexto desses conflitos.

Ao longo do meu próprio trabalho sobre esta questão, fiz já ressaltar três lugares contraditórios específicos nas relações de classe: quadros/supervisores, enquanto lugar em que se combinam elementos burgueses e proletários; pequenos patrões, em que se combinam características burguesas com características pequeno-burguesas; e empregados semi-autónomos, que conjugam características pequeno-burguesas com outras proletárias. Poderiam, contudo, identificar-se outros lugares contraditórios. Se, por exemplo, o sector da produção do estado for encarado como um modo de produção potencialmente diferente, e não apenas como uma variante do modo de produção capitalista, então os quadros das empresas estatais, numa sociedade capitalista, poderão ser entendidos como ocupando um lugar contraditório em que se combinam elementos de classe burgueses e estatais ⁽¹⁵⁾.

Certamente que, ao usar-se o conceito de lugar contraditório nas relações de classe, muitos problemas permanecem por resolver quando se procura elaborar um quadro rigoroso das classes na sociedade capitalista. Por exemplo, a especificação do lugar dos «empregados semi-autónomos», na forma que lhes atribuímos, surge particularmente vaga. Não obstante, a lógica geral desta estratégia parece-me ser válida e permitir uma via de ligação entre a identificação abstracta dos lugares vazios das relações de classe na análise que Marx faz dos modos de

⁽¹⁵⁾ Para uma discussão do conceito de modo de produção estatal e respectivas relações de classe, cf. Wright, 1983.

produção e o trabalho, mais concreto, de análise das sociedades e conjunturas históricas específicas.

No marxismo contemporâneo, nenhuma destas elaborações alternativas do conceito de estrutura de classes deve ser entendida como instância conceptual dominante. Embora a grelha abstracta das relações capitalistas de classe, constituída ao nível geral do modo de produção capitalista, seja, em geral, reconhecida como inadequada para a investigação sobre sociedades capitalistas concretas, não existe, no entanto, consenso acerca da solução conceptual desta questão. Sendo assim, o que estas alternativas reflectem é a forma como o marxismo representa um terreno de discussão de problemas conceptuais, e não um conjunto de respostas definitivas ⁽¹⁶⁾.

III — AVALIAÇÃO EMPÍRICA

A maior parte dos debates sobre as concepções alternativas da estrutura de classes têm sido levados a cabo a um nível teórico basicamente abstracto. Embora, como seria de esperar, os intervenientes nestes debates reivindiquem a capacidade explicativa das diferentes alternativas, o uso de uma fundamentação empírica para sustentar os argumentos específicos tem sido, de maneira geral, de natureza qualitativa e ilustrativa.

Nesta parte final do meu artigo, vou proceder a um exame de material empírico relevante para os debates sobre a estrutura de classes. Primeiramente, apresentarei alguns dados descritivos que demonstram as diferenças existentes no quadro empírico das classes da sociedade americana, consoante as diferentes opções conceptuais que se adoptem na análise dos «es-

⁽¹⁶⁾ Como acontece em muitos debates no seio do marxismo, parece existir uma associação, ainda que grosseira, entre a solução preferida para esta questão teórica geral e o posicionamento político. Tratar os «estratos médios» como *nova pequena burguesia* parece estar frequentemente associado a uma perspectiva mais ou menos leninista da política. Por outro lado, o conceito de *nova classe operária* parece estar mais proximamente ligado às perspectivas social-democráticas, enquanto as análises da *nova classe* parecem ser as mais comuns entre os «radicais» da nova esquerda que se distanciam tanto do leninismo como da social democracia. A defesa dos *lugares contraditórios nas relações de classe* identifica-se menos com qualquer posição política específica, embora pudesse ser vista como representativa do que se chamou, nos finais dos anos setenta, uma posição «eurocomunista de esquerda», ao combinar alguns elementos do leninismo com outros social-democráticos (cf. Wright, 1978: cap. 5).

tratos médios». Em segundo lugar, proporei uma estratégia para validação empírica das concepções de classe em confronto e procederei ao exame de um conjunto de proposições sobre um debate específico, o debate entre o conceito de lugares contraditórios e o de nova pequena burguesia.

Quadros Descritivos de Classe

O Quadro 1 indica a distribuição de indivíduos segundo as posições de classe, para cada uma das alternativas que discutimos antes, usando-se para isso elementos retirados de um inquérito nacional à força de trabalho americana⁽¹⁷⁾. Como os dados revelam, existe uma variação desconforme das estimativas sobre o volume da classe operária consoante a grelha conceptual da estrutura de classes que se aplique. Na versão de Poulantzas do conceito de nova pequena burguesia, menos de 20% de todos os lugares da estrutura americana das classes pertencem à classe operária. O maior de todos os lugares de classe é, de longe, a pequena burguesia, sendo a nova pequena burguesia responsável por duas em cada três posições. No extremo oposto, a teoria da nova classe operária alarga os limites dessa classe até incluir nela cerca de 70% do total da força de trabalho. Embora as dimensões relativas das diferentes estimativas das classes quando se usam conceitos de classe diferentes dificilmente possam constituir uma base para preferir um conceito a outro, estes dados demonstram que o quadro empírico da estrutura de classes é altamente subsidiário das definições concretas que se utilizem.

(17) Estes dados foram retirados do inquérito nacional à população económica activa em 1980 nos Estados Unidos da América. Este inquérito faz parte de um estudo comparativo mais amplo sobre a estrutura, o trajecto e a consciência de classe. Para pormenores sobre este projecto, cf. Wright, 1982 b. Para uma discussão dos critérios concretos usados na operacionalização dos lugares contraditórios de classe, cf. Wright et al., 1982; para a operacionalização dos conceitos de nova classe e de nova pequena burguesia, cf. Wright, no prelo: cap. 3.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO DAS CLASSES
SEGUNDO OS DIFERENTES CRITÉRIOS (%) *

Nova Pequena Burguesia	Nova Classe Operária	Nova Classe	Lugares Con- traditórios de Classe
Classe Operária: 21,9	Classe Operária: 68,8 Tradicion. 31,0 Nova 37,8	Classe Operária: 47,9	Classe Operária: 46,1
Pequena Burguesia:	Categorias Ambíguas:	Nova Classe: 26,9	Lugares Contrad. dos Assala- riados: 39,1
Nova 63,4	Quadros sem decisões sobre inves- timentos: 11,0	Categorias Ambíguas:	Semi-autó- nomos 9,5
		«Blue Collar» com funções de gestão: 10,5	Super- visores 12,8
Tradicion. 12,9	Quadros com decisões sobre inves- timentos: 5,8		Quadros 16,8
	Trab. Autó- nomos: 14,7	Trab. Autó- nomos: 14,7	Peq. Burg.: 6,9
Pequenos Capitalistas (+ de 10 em- pregados): 1,8			Lugares Contrad. dos Peq. Patrões (2-9 empre- gados): 6,0
			Capi- talistas: 1,8

* Para uma explicação destas categorias, veja-se a página seguinte

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO
DAS CATEGORIAS DO QUADRO 1

Conceito de Nova Pequena Burguesia

1. Classe Operária : Trabalhadores assalariados manuais, sem funções de supervisão e com trabalho improdutivo (isto é, fora da produção material do sector privado);
2. Nova Peq. Burguesia : Todos os outros assalariados
3. Peq. Burgues. Tradicional : Trabalhadores autónomos e patrões com menos de 10 empregados

Conceito de Nova Classe Operária

1. Classe Oper. Tradicional : «Blue Collar» sem funções de supervisão
2. Nova Classe Operária : «White collar», incluindo supervisores, sem funções de gestão/decisão
3. Categorias Ambíguas : Indivíduos com posições de tomada de decisões, excluindo as orçamentais ou sobre investimentos
4. Assalariados Não-Oper. : Quadros com capacidade de decisão sobre o orçamento e investimentos

Conceito de Nova Classe

1. Nova Classe : Todos os profissionais, técnicos, quadros e outros, com estatuto de «white collar» e funções de gestão
2. Categorias Ambíguas : «Blue Collar» com funções de gestão
3. Classe Operária : Todos os outros assalariados

Conceito de Lugares Contraditórios

1. Classe Operária : Assalariados, não-autónomos ou não com funções de gestão e/ou supervisão
2. Lugares Contraditórios : Assalariados, autónomos ou não com funções de gestão e/ou supervisão

Validação dos Conceitos de Classe em Confronto

Na teoria marxista, o conceito de classe não é uma mera categoria analítica que os teóricos imponham aos dados empíricos; ele pretende especificar um mecanismo social real com efeitos concretos sobre a realidade. Uma definição de um conceito dado representa uma proposição sobre a homogeneidade dos efeitos produzidos pelos mecanismos em questão, no seio dos critérios que a própria definição concretiza. Deste modo, definições não-coincidentes do que sejam as estruturas de classes deveriam ser entendidas como proposições que se confrontam sobre as propriedades reais de delimitação dos espaços contidos naqueles mecanismos.

São, assim, necessárias duas operações para se proceder ao desenvolvimento de uma estratégia empírica de validação de definições conflituais: em primeiro lugar, é preciso explicitar o que é que o conceito em questão procura concretamente explicar, de forma a obter-se um critério empírico adequado à avaliação da homogeneidade dos seus efeitos; em segundo lugar, deve adoptar-se uma estratégia capaz de escrutinar as capacidades relativas de explicação das definições que se confrontam sobre esse conceito com respeito ao critério referido.

Embora, no marxismo, o conceito de classe figure em muitos tipos diferentes de explicação, os seus efeitos mais elementares encontram-se nas análises do conflito e da transformação sociais de uma dada época. O contexto decisivo para validar definições conflituais das classes são, assim, as situações de transformação revolucionária. A disputa sobre se uma dada categoria social — por exemplo, os empregados improdutivos — é ou não parte integrante da classe operária é, em última análise, uma discussão sobre o papel que ela poderá desempenhar em lutas revolucionárias de classe. Tem pouco sentido dizer-se que os membros daquela categoria são «verdadeiros» operários se, em todas as lutas revolucionárias que se possam imaginar, tomassem partido contra a classe operária.

Sem dúvida que esta grelha explicativa do conceito de classe torna muito difícil um juízo empírico sobre definições conflituais das estruturas de classe das sociedades capitalistas desenvolvidas. É que as condições «experimentais» para um verdadeiro teste não ocorreram ainda historicamente. Assim, para se prosseguir nesta análise, é necessário recorrer a diversos outros efeitos da estrutura de classes que não são tão decisivos para a concepção marxista. Em concreto, nesta minha análise, adoptarei o conceito de consciência de classe (ou talvez mais apropriadamente, o conceito de «atitudes» de classe) como cri-

tério empírico para comparar definições de classe alternativas. Pressupõe-se que os padrões das atitudes assumidas pelos agentes em situações não-revolucionárias têm pelo menos alguma relação com o seu possível comportamento nas situações revolucionárias, podendo deste modo, ser considerados como um critério válido para validar definições de estrutura de classe ⁽¹⁸⁾. Evidentemente que este pressuposto é discutível, mas, sem ele, torna-se impossível avaliar empiricamente, mesmo que de forma provisória, os debates aqui em questão ⁽¹⁹⁾.

Uma vez definida uma variável do critério — neste caso, as atitudes de classe —, o passo seguinte é o da elaboração de uma estratégia de investigação apropriada à avaliação das definições conflituais das classes. No caso do debate entre o conceito de nova pequena burguesia tal como foi desenvolvido por Nicos Poulantzas e o de lugares contraditórios nas relações de classe, existem dois pontos de desacordo básicos susceptíveis de serem sujeitos a uma pesquisa empírica. Primeiro, existe discordância sobre a maneira como conceptualizar os lugares referentes a trabalhadores assalariados não-operários. Poulantzas considera-os um segmento de pequena burguesia, enquanto eu os considero um encadeado de diferentes lugares contraditórios. Em segundo lugar, discordamos acerca de como estabelecer as fronteiras na própria classe operária. Poulantzas define os operários como trabalhadores manuais, assalariados, produtivos e sem responsabilidades de supervisão, enquanto eu os considero apenas como trabalhadores assalariados, não autónomos e sem tarefas de supervisão.

⁽¹⁸⁾ Não se está a defender aqui que as atitudes assumidas em situações não-revolucionárias estejam ligadas isomorficamente ao comportamento em situações revolucionárias, mas apenas que estão relacionadas sistematicamente. Para que tal ocorra, basta que as pessoas coerentemente radicais em situações não-revolucionárias tenham uma probabilidade maior de apoiarem activamente lutas revolucionárias numa situação revolucionária do que as pessoas que, numa situação não-revolucionária, são coerentemente reaccionárias. Não será esta uma suposição particularmente arrojada.

⁽¹⁹⁾ É precisamente por causa da dificuldade dessa validação empírica que os debates entre marxistas acerca do conceito de classe (e sobre a maioria dos outros conceitos) se desenrolam principalmente em termos do estatuto lógico dos vários elementos do conceito. Apesar de uma tal «validação teórica» ser fulcral para o processo de (trans)formação conceptual, é importante complementar este debate conceptual, sempre que possível, através de intervenções empíricas. Para uma discussão metodológica da relação entre a validação teórica dos confrontos entre diferentes definições e a validação empírica, cf. Wright, no prelo: cap. 1.

Para cada uma destas discordâncias, requer-se uma estratégia empírica distinta. No que respeita à conceptualização dos trabalhadores assalariados não-operários, ambas as perspectivas conjecturam especificamente sobre as semelhanças e as diferenças que existem entre as ideologias dos indivíduos situados naquelas posições e as dos situados nas classes «fundamentais». Se os trabalhadores assalariados não-operários constituem uma «nova» pequena burguesia, deveriam então apresentar maiores semelhanças ideológicas com a pequena burguesia «tradicional» do que com outros assalariados. Na verdade, Poulantzas argumenta explicitamente neste sentido ao afirmar que a semelhança ideológica dos dois segmentos da pequena burguesia é uma das razões principais para os considerar partes componentes da mesma classe. Por outro lado, o conceito de lugar contraditório faz notar que as tendências ideológicas de lugares contraditórios específicos dependem da importância assumida pelos diferentes elementos de classe que integram essas posições. Os quadros superiores deveriam estar relativamente mais próximos das posições burguesas, os supervisores, das posições operárias, etc.

Na discussão sobre as fronteiras da classe operária, Poulantzas e eu próprio estamos de acordo em que os trabalhadores manuais, produtivos e sem tarefas de supervisão pertencem à classe operária ⁽²⁰⁾. A discordância diz respeito, acima de tudo, ao lugar de classe dos trabalhadores não supervisores, não autônomos e improdutivos. Eu sustento que são operários, enquanto Poulantzas insiste em que eles são parte da nova pequena burguesia. Se Poulantzas estiver certo, então, mantendo-se todas as outras condições, esta polémica categoria social deveria aproximar-se mais das posições que ambos reconhecemos serem as dos trabalhadores assalariados não-operários do que daquelas que ambos julgamos serem as dos operários. Ao contrário, se for eu a ter razão, então aquela categoria deveria assemelhar-se mais com as posições que ambos julgamos serem as dos operários.

⁽²⁰⁾ Mais precisamente, Poulantzas sustenta que o trabalho «intelectual» é exterior à classe operária, enquanto eu defendo que é o trabalho «autônomo» que é exterior a essa classe. Na prática, o meu conceito de autonomia é uma sub-categoria do conceito de «trabalho intelectual» de Poulantzas e, assim sendo, Poulantzas consideraria os trabalhadores autônomos como nova pequena burguesia. Para uma discussão da relação entre «autonomia» e «trabalho intelectual» enquanto conceitos, cf. Wright, no prelo: cap. 2.

Para podermos avaliar as proposições que se opõem sobre estas duas questões, construiremos um único índice de atitudes pró-classe operária/anti-classe capitalista baseado nas perguntas do inquérito já referido que mais directamente se relacionam com a questão das classes. Perguntou-se aos inquiridores se concordavam em absoluto, se concordavam apenas relativamente, se discordavam apenas relativamente ou se discordavam em absoluto das seguintes seis afirmações:

- 1 — Os benefícios das empresas vão para os proprietários, à custa dos operários e dos consumidores;
- 2 — Durante uma greve, a direcção da empresa devia ser proibida por lei de contratar trabalhadores para substituírem os grevistas;
- 3 — Os trabalhadores em greve têm geralmente razão em usar meios físicos para evitar que fura-greves entrem no local de trabalho;
- 4 — As grandes empresas têm, hoje, demasiado poder nos Estados Unidos;
- 5 — Uma das principais razões da pobreza é que a economia se baseia na propriedade privada e nos lucros;
- 6 — A crise energética não será completamente ultrapassada enquanto o governo não controlar as maiores companhias produtoras de energia.

Estas seis proposições foram depois agregadas numa escala única em função da manifestação de acordo ou de desacordo. Nessa escala, o valor + 6 significa que o inquirido concordou com todas as seis questões; da mesma maneira, - 6 significa o desacordo com todas elas; o valor 0 traduz a igualdade de acordos e desacordos.

Desnecessário será dizer que existe um sem-número de questões que imediatamente poderiam levantar-se a propósito da utilização de escalas deste tipo para detectar a orientação ideológica dos indivíduos, e não irei tentar defender aqui nem o uso generalizado de inquéritos de atitude nem estas proposições especificamente. Em qualquer caso, as abordagens empíricas desta espécie não são nunca decisivas. A questão é que, se os resultados redundam decididamente a favor de uma conceptualização em detrimento de outra, então é aos defensores da concepção que ficou prejudicada pela sentença que cabe «diminuir o alcance» dos resultados com novas explicações.

Vejamos então quais são os resultados empíricos de uma exploração destas hipóteses.

QUADRO 2

VALORES MÉDIOS DAS ATITUDES PRÓ-OPERÁRIAS,
VERIFICADOS NAS ESCALAS DE ATITUDE,
PARA AS CATEGORIAS INCLUÍDAS NO CONCEITO
DE LUGARES CONTRADITÓRIOS DE CLASSE

CAPITALISTAS	— 1,60			
Quadros			Pequenos	
Superiores *	— 1,80	— 1,43	Patrões	— 1,20
Quadros Médios/ /Inferiores	— 0,99	— 0,92	PEQUENA BURGUESIA	— 0,20
Supervisores	+ 0,11	+ 0,49	Empregados Se- mi-Autónomos	+ 0,05
OPERÁRIOS		+ 1,28		

* Para as três categorias dos lugares contraditórios de Quadros/Supervisores, os resultados da coluna da esquerda obtêm-se segundo a posição assumida de acordo com a do critério da hierarquia formal da organização do trabalho, enquanto que os da coluna da direita se referem ao critério das funções de gestão.

HIERARQUIA FORMAL — Os inquiridos colocaram-se a si próprios nas seguintes categorias: Directores, quadros superiores, médios e inferiores, supervisores, empregados sem funções de gestão/supervisão. Na construção destes resultados os directores foram associados aos quadros superiores e os quadros médios aos quadros inferiores.

FUNÇÕES DE GESTÃO — Aos inquiridos perguntou-se se participavam ou não directamente na tomada de decisões nos seus locais de trabalho. Os quadros superiores definem-se aqui pelas posições que envolvem decisões orçamentais e de investimento; os quadros médios e inferiores, pelas posições envolvidas noutros tipos de decisões; os supervisores pela ausência de capacidade decisória, mas com autoridade sobre subordinados.

LETRAS MAIÚSCULAS = LUGARES BÁSICOS DE CLASSE
letras minúsculas = lugares contraditórios nas relações de classe.

A — NOVA PEQUENA BURGUESIA *versus* LUGARES CONTRADITÓRIOS

No Quadro 2 apresentam-se os resultados médios obtidos, numa escala de atitude, para os lugares fundamentais e os lugares contraditórios de classe. Os lugares correspondentes aos quadros/supervisores foram divididos em três níveis específicos: quadros superiores, quadros médios/inferiores e supervisores. Usaram-se duas perspectivas diferentes para a elaboração destes lugares específicos: primeiro, um critério formal de hierarquia assente na forma como os indivíduos se situam a si próprios na escala burocrática da sua organização de trabalho; em segundo lugar, um critério funcional assente nos tipos de poderes exercidos pelos indivíduos no trabalho (nas notas apenas ao Quadro 2 são explicitados estes critérios).

Com uma pequena excepção, os valores médios da escala de atitudes repartem-se exactamente como previsto pelo conceito dos lugares contraditórios de classe: o valor médio dos trabalhadores semi-autónomos fixa-se entre a pequena burguesia e a classe operária; a média para os supervisores encontra-se mais próxima dos valores da classe operária do que os valores médios de outros lugares de quadros; e os valores para os quadros superiores aproximam-se dos capitalistas. O único resultado inesperado foi o de que os quadros superiores, usando o critério da hierarquia formal, eram mais pró-capitalistas do que os capitalistas da amostra (esta diferença, contudo, não é significativa em termos estatísticos). Na sua globalidade, portanto, estes dados revelam uma grande coerência relativamente às expectativas próprias do conceito de lugares contraditórios.

E que dizer sobre o conceito de nova pequena burguesia? À primeira vista, os dados do Quadro 3 parecem dar a ideia de que as variáveis de atitude são também coerentes com o conceito de nova pequena burguesia de Poulantzas: o valor médio das atitudes para operários atinge, no quadro analítico de Poulantzas, + 1,60, a média para a *nova* pequena burguesia é de + 0,19 e para a pequena burguesia *tradicional*, de - 0,21. Torna-se manifesto, de acordo com estes resultados, que a nova pequena burguesia se encontra muito mais próxima da pequena burguesia tradicional do que dos operários (de facto, a diferença entre os dois segmentos da pequena burguesia — - 0,40 na escala — não é significativa em termos estatísticos). Este resultado parece confirmar, por conseguinte, a conceptualização por Poulantzas dos trabalhadores assalariados não-operários como membros da classe pequeno-burguesa.

QUADRO 3

VALORES MÉDIOS DAS ATITUDES PRÓ-OPERÁRIAS DE ACORDO
COM AS CATEGORIAS INCLUÍDAS NO CONCEITO
DE NOVA PEQUENA BURGUESIA

	Valores médios
Classe operária	+ 1,60
Nova pequena burguesia	+ 0,19
Pequena burguesia tradicional (0-1 empregados)	- 0,21
Todos os outros patrões (2 ou mais empregados)	- 1,26
Subcategorias da nova pequena burguesia:	
1. Todos aqueles que seriam considerados como operários se não se tivesse em conta o critério de trabalho improdutivo	+ 1,02
2. Todos aqueles que seriam classificados como nova pequena burguesia se não se tivesse em conta o critério do trabalho improdutivo	- 0,40

Numa análise mais atenta, contudo, esta conclusão não pode ser mantida. A categoria «nova pequena burguesia» em Poulantzas inclui dois tipos de posições: por um lado, posições que, segundo o critério dos lugares contraditórios de classe, seriam considerados como um tipo de lugar contraditório e que, em conformidade, se poderiam supor mais próximas ideologicamente da pequena burguesia do que da classe operária; por outro lado, as posições que seriam consideradas parte da classe operária e, assim, mais próximas ideologicamente dos restantes operários. O valor médio combinado de + 0,19 para a nova pequena burguesia de Poulantzas pode, deste modo, ocultar uma diferença significativa entre estas duas sub-categorias. É precisamente isto o que sucede, como mostram os dados da parte inferior do Quadro 3: o valor médio para as posições da nova pequena burguesia que, segundo o critério dos lugares contraditórios, poderiam ser classificadas como operários é de 1,0, enquanto o valor médio para aquelas que seriam tratadas como lugares contraditórios (assalariados não-operários) é - 0,40. Na forma usada por Poulantzas para tratar a nova pequena burguesia, ambos estes grupos se incluem indistintamente no segmento novo da pequena burguesia e deveriam ambos, por conseguinte, estar mais próximos da pequena bur-

guesia tradicional do que dos operários. O facto de trabalhadores assalariados improdutivos e sem funções de supervisão estarem tão próximos da classe operária é difícil de reconciliar com a argumentação de que eles deveriam ser entendidos como um segmento da classe pequeno-burguesa.

No seu conjunto, os resultados das atitudes dos lugares contraditórios, no Quadro 2, e da nova pequena burguesia, no Quadro 3, sugerem que aqueles representam uma forma mais adequada de conceptualizar os lugares dos assalariados não-operários na estrutura das classes. Contudo, poderia ainda acontecer que fosse melhor a forma como Poulantzas define a classe operária. É do que nos ocuparemos em seguida.

B — AS FRONTEIRAS DA CLASSE OPERÁRIA

Para avaliar empiricamente a validade dos argumentos em confronto acerca dos critérios de delimitação da classe operária, temos de comparar duas diferenças: a diferença entre a categoria em discussão e os assalariados não-operários de definição consensual (CD — AnO) e a diferença entre os operários de definição consensual e a categoria em discussão (O — CD). As hipóteses em confronto podem então formalizar-se da seguinte maneira:

Poulantzas: $(CD - AnO) < (O - CD)$ ou $(2CD - AnO - O) \wedge O$
 Wright: $(CD - AnO) > (O - CD)$ ou $(2CD - AnO - O) < O$

em que

CD = valor médio das atitudes dos membros da categoria em discussão (trabalhadores assalariados improdutivos, não-autónomos, sem funções de supervisão)

AnO = valor médio das atitudes dos assalariados não-operários de definição consensual (posições próprias, simultaneamente, da nova pequena burguesia e dos lugares contraditórios)

O = valor médio das atitudes dos operários de definição consensual (trabalhadores assalariados produtivos, não-autónomos, sem funções de supervisão).

QUADRO 4

VALIDAÇÃO DOS CRITÉRIOS DELIMITATIVOS
DA CLASSE OPERÁRIA

	Média	Desvio padrão	Número
1. Classe operária para <i>ambas</i> as definições	1,63	3,0	215
2. Categoria <i>em discussão</i> : classe operária para Wright, nova pequena burguesia para Poulantzas	1,02	3,0	351
3. Trabalhadores assalariados não operários para <i>ambas</i> as definições	- 0,40	3,3	486

Diferenças

1. Operários para <i>ambas</i> as definições <i>versus</i> Categoria <i>em discussão</i>	0,61	
2. Não-operários para <i>ambas</i> as definições <i>versus</i> Categoria <i>em discussão</i>	1,42	
3. Diferença das diferenças	+ 0,81	(t = 1,95)

O Quadro 4 apresenta os resultados desta avaliação. Os operários sobre cuja definição existe acordo apresentam um valor médio de + 1,63, os assalariados não-operários sobre cuja definição existe acordo, de - 0,40, e a categoria em discussão, de + 1,02. A categoria em discussão é, deste modo, na escala de atitudes, menos 0,61 pró-classe operária do que os consensualmente definidos como operários, mas mais 1,42 pró-classe operária do que os consensualmente definidos como não-operários. A diferença entre estas duas diferenças é, assim, de + 0,81 (contendo estas duas diferenças um termo comum, elas mostram-se significativas a um nível de 0,5 do teste t - Student). A categoria em discussão está, assim, significativamente mais próxima dos operários do que dos não-operários, nos termos da definição consensual de ambos os grupos. Sendo assim, os critérios de delimitação da classe operária usados no conceito dos lugares contraditórios de classe parecem identificar mais satisfatoriamente os mecanismos reais subjacentes do que os critérios usados no conceito da nova pequena burguesia.

Em termos globais, por conseguinte, com base nos dados que examinámos, as definições de classe ligadas ao conceito de lugares contraditórios de classe parecem ser superiores às que estão associadas ao conceito de Poulantzas da nova pequena burguesia. Por um lado, os resultados estão em consonância com o argumento de que as posições dos assalariados não-operários devem ser conceptualizadas como possuindo um carácter de classe múltiplo, e não como se pertencessem a uma única classe unitária; por outro lado, eles deixam entender que o critério do trabalho produtivo/improdutivo não delineia um mecanismo real delimitativo da classe operária.

Estas conclusões partem, todavia, de dois pressupostos, podendo ambos ser problemáticos. Em primeiro lugar, estou a pressupor que as diferenças observadas não são meros artefactos de um qualquer processo causal não-ponderado. Poderia ocorrer, por exemplo, que a composição por sexos das categorias do Quadro 4 pudesse vir a influenciar substancialmente os resultados (se, por exemplo, a categoria em discussão fosse constituída em larga medida por mulheres). Os efeitos de *classe* poderiam, assim, ser exactamente os especificados nas definições de Poulantzas e os resultados observados empiricamente estarem a ser confundidos pelos efeitos de outros mecanismos como, por exemplo, o sexo ⁽²¹⁾. Em segundo lugar, a análise depende, obviamente, em ampla medida, do pressuposto de que as atitudes em geral, e a escala simples de atitudes que usámos em particular, são um critério apropriado para decidir o presente confronto de definições. Outras escalas de atitudes ou outros tipos de «variáveis dependentes» no seu conjunto poderiam muito bem produzir mapas de resultados diferentes.

Estes problemas possíveis apontam claramente para o carácter provisório da validação empírica que acabamos de examinar, já que qualquer defensor das posições de Poulantzas pode produzir, socorrendo-se de outros dados, resultados alternativos convincentes. Até que tal suceda, no entanto, a fundamentação empírica é favorável ao conceito de lugares contraditórios da estrutura de classes.

⁽²¹⁾ Examinei os resultados apresentados para homens e mulheres separadamente e as conclusões básicas não se alteram. Para uma discussão exaustiva dos possíveis mecanismos perturbadores desta análise, cf. Wright, no prelo: cap. 3.

*
* *

Os debates que acabamos de escrutinar são, em muitos aspectos, típicos da análise neo-marxista das classes. Eles têm sido marcados pela atenção prestada aos pormenores conceptuais das definições, pela discussão viva sobre a validade dos diferentes tipos de critérios. Estes debates são marxistas na medida em que os intervenientes procuram repensar o conceito de classe no quadro geral explicativo da análise marxista das classes, ao mesmo tempo que tentam preservar os traços fulcrais da concepção abstracta das classes do marxismo. Mas distinguem-se pela preocupação com elaborar instrumentos conceptuais capazes de evoluir desse nível mais abstracto de análise para níveis mais concretos. Partindo dessas preocupações, a ciência social marxista está a desenvolver um arsenal de conceitos muito mais diferenciado e sofisticado que virá, potencialmente, favorecer uma compreensão muito mais rica das sociedades capitalistas contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abraham, David (1981), *The Collapse of the Weimar Republic*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press.
- Aminzade, Ron. (1981), *Class, Politics and Early Industrial Capitalism*, Binghamton, SUNY Press.
- Bell, Daniel (1973), *The Coming of Post-Industrial Society*, New York, Basic Books.
- Burawoy, Michael (1979), *Manufacturing Consent*, Chicago, University of Chicago Press.
- Burawoy, Michael (no prelo), *The Politics of Production*, Londres, NLB.
- Carchedi, G. (1977), *The Economic Identification of Social Classes*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- Clawson, Dan. (1980), *Bureaucracy and the Labor Process*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- Edwards, Richard (1979), *Contested Terrain*, Nova Iorque, Basic Books.
- Ehrenreich, Barbara and John Ehrenreich (1979), «The Professional-Managerial Class», in Walker (1979).
- Foster (1974), *Class Struggle and the Industrial Revolution*, Londres, Methuen.
- Friedman, Andrew (1977), *Industry and Labor*, Londres, McMillan.
- Gorz, André (1964), *Strategy for Labor*, Boston, Beacon Press.
- Gouldner, Alvin (1979), *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*, Nova Iorque, Seabury.
- Johnson, Dale (ed) (1982), *Class and Social Development: a new theory of the Middle Class*, Beverly Hills, Sage.
- Katnelson, Ira (1981), *City Trenches*, Chicago, University of Chicago Press.

- Katnelson, Ira (1982), «Class Formation and the State», comunicação apresentada na conferência SSRG, «States and Social Structures», Mount Kisco, Nova Iorque, Fevereiro, 1982.
- Mallet, Serge (1975), *The New Working Class*, St. Louis, Telos Press.
- Noble, David (1978), «Social Choice in Machine Design», *Politics & Society* 8: 3-4.
- Poulantzas, Nicos (1973), *Classes in Contemporary Capitalism*, Londres, NLB.
- Przeworski, Adam (1977), «From Proletariat into Class: the process of class formation from Karl Kautsky's *The Class Struggle* to recent controversies», *Politics & Society* 7: 4.
- Przeworski, Adam (1980), «Social Democracy as a Historical Phenomenon», *New Left Review* 122.
- Roemer, John (1982 a), *A General Theory of Exploitation and Class*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Roemer, John (1982 b), «New Directions in the Marxian Theory of Class and Exploitation», *Politics & Society* 11: 3.
- Szelenyi, Ivan (1982), «The New Class East and West», comunicação apresentada no encontro anual da American Sociological Association.
- Therborn, Göran (1982), «Structures of State, Forms of Politics: the Formation of the Bourgeois-Democratic State in Sweden and its Political Effects», comunicação apresentada na Conferência SSRG, «States and Social Structures».
- Thompson, E. P. (1968), *The Making of the English Working Class*, Londres, Penguin.
- Walker, Pat (ed) (1979), *Between Capital and Labor*, Boston, South End Press.
- Wolpe, Harold (ed) (1980), *The Articulation of Modes of Production*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Wright, Erik Olin (1978), *Class, Crisis and the State*, Londres, NLB.
- Wright, Erik Olin (1982 a), «The Status of the Political in the Concept of Class Structure», *Politics & Society* 11: 3.
- Wright, Erik Olin (1982), «The Comparative Project on Class Structure and Class Consciousness: an overview», Publicação n.º 1 do Projecto Comparativo sobre Estrutura de Classes e Consciência de Classe, Department of Sociology, University of Wisconsin, Madison.
- Wright, Erik Olin (1983), «Capitalism's Futures», *Socialist Review* 68, March.
- Wright, Erik Olin (no prelo), *Classes*, Londres, NLB.
- Wright, Erik Olin, Cynthia Costello, David Hachen and Joey Sprague (1982), «The American Class Structure», *American Sociological Review* 47: 6.

Nota do CR — Erik Olin Wright acaba de nos fornecer um manuscrito datado de Setembro de 1983 e intitulado «A General Framework for the Analysis of Classes». Nesse texto, baseado no trabalho teórico de John Roemer sobre o conceito de exploração, o autor altera substancialmente o seu conceito de Lugares Contraditórios de Classe. Não deixaremos de dar conta aos nossos leitores desta nova perspectiva de E. O. Wright, assim que ela adquira uma formulação definitiva.

RESUMO

O autor, partindo da exploração do quadro conceptual de Marx escrutina as várias análises neo-marxistas das classes sociais, que procuram dar conta das transformações ocorridas nas sociedades capitalistas avançadas, para especificar o que nelas é «novo» e marxista. Uma segunda parte centra-se nos debates recentes sobre a redefinição das fronteiras das classes tradicionais (Nicos Poulantzas, Serge Mallet e André Gorz) e o surgimento das «novas classes» (John Ehrenreich e Barbara Ehrenreich, Alvin Gouldner, Ivan Szelenyi e Dale Johnson). Finalmente, o autor avalia os conceitos em confronto no debate sobre as fronteiras estruturais da classe operária através da validação empírica, recorrendo a resultados do Inquérito Nacional à População Activa dos EUA, em 1980.

RESUMÉ

Ce qu'il y a de néo et ce qu'il y a de marxist dans les analyses néo-marxistes des classes

L'auteur, en partant du cadre conceptuel de Marx, scrute les diverses analyses néo-marxistes des classes, qui essayent d'expliquer les différentes transformations des sociétés capitalistes avancées. Une seconde partie se concentre sur les récents débats à propos de la redéfinition des frontières des classes traditionnelles (Nicos Poulantzas, Serge Mallet et André Gorz) et de l'apparition des «nouvelles classes» (John Ehrenreich et Barbara Ehrenreich, Alvin Gouldner, Ivan Szelenyi et Dale Johnson). Finalement, l'auteur évalue les concepts en présence dans le débat sur les frontières structurales de la classe ouvrière par la validation empirique qui utilise les résultats de l'enquête nationale à la population active aux Etats-Unis en 1980.

ABSTRACT

What is neo and what is marxist in neomarxist class analysis?

The author, exploring the conceptual terrain of Marx's work, surveys the alternative contemporary Marxist accounts of classes in advanced capitalist societies, in order to specify what is «new» and marxist in the recent debates. A second section focuses on the recent discussions about the characterization of traditional classes (Nicos Poulantzas, Serge Mallet and André Gorz) and of the rise of «new classes» (John Ehrenreich and Barbara Ehrenreich, Alvin Gouldner, Ivan Szelenyi and Dale Johnson). Finally, the author adjudicates contending class concepts in the specific debate over the structural boundaries of the working class, based on data from the national survey of the economically active population in the United States in 1980.